



QUEM SOMOS

“Cidadãos pela Beira Baixa” é um grupo de pessoas unidas pelo compromisso de deixar às gerações vindouras uma **Beira Baixa viva, fértil e respeitada**.

Habitamos, trabalhamos ou amamos esta terra e acreditamos que **cuidar do território é cuidar de todos nós e daqueles que nos hão de suceder** — das pessoas, dos animais, dos rios, das árvores e dos modos de vida que aqui florescem.

O QUE QUEREMOS

No imediato, contestar os megaprojetos “**Central Solar Fotovoltaica (CSF) de Sophia e as Linhas de Muito Alta Tensão (LMAT) associadas**”, nos concelhos do Fundão, Penamacor e Idanha-a-Nova, e “**Central Fotovoltaica da Beira (269 MWP) e Linha Elétrica 220kV de Ligação à RESP**”, nos concelhos de Castelo Branco e Idanha-a-Nova.

Estes projetos pretendem ocupar **milhares de hectares de território natural e rural**, incluindo áreas de elevado valor ecológico, paisagístico e cultural. No caso do projeto “Beira”, abrangem **zonas inseridas no Parque Natural do Tejo Internacional**, onde existem **espécies protegidas de flora e fauna**, como a águia-imperial-ibérica, o abutre-negro ou o cortiçol de barriga branca, a cegonha preta, entre muitas outras.

Queremos que o processo de decisão sobre estes megaprojetos seja **transparente, informado e participado**, envolvendo as comunidades locais, as autarquias, as entidades públicas e os promotores, de modo a garantir que **os princípios da precaução e da proporcionalidade** são respeitados.

Defendemos **modelos de desenvolvimento sustentáveis e regenerativos**, que promovam o uso responsável dos recursos naturais e assegurem **a preservação da paisagem, bem comum e direito coletivo**, reconhecido na Convenção Europeia da Paisagem e na Constituição Portuguesa.

A destruição da paisagem é uma perda irreversível — **um empobrecimento da vida e da identidade de todos**.

APELOS

Às autarquias envolvidas:

- Como representantes eleitos das comunidades, que se **manifestem publicamente** contra os projetos “Sophia” e “Beira”, conforme os termos das consultas públicas.
- Que **participem na consulta pública** do projeto “Sophia”, rejeitando-o de modo fundamentado e nos termos e prazos estipulados para o efeito.
- Que **promovam uma campanha de informação e debate público** dirigida à comunidade, explicando os impactos cumulativos destes e de outros megaprojetos que pretendam vir a instalar-se no território.

- Que **ouçam e colaborem** com grupos e associações locais na construção de caminhos de desenvolvimento sustentável.

Aos cidadãos, empresas e instituições:

- Que, até **20 de novembro de 2025**, **participem na consulta pública** do projeto “Sophia”, rejeitando-o de modo fundamentado, através do link: <https://participa.pt/pt/consulta/a-csf-de-sophia-e-as-lmat-associadas>
- Que, relativamente ao projeto “Beira”, cuja consulta pública terminou a 9 de outubro de 2025, **se mantenham atentos e mobilizados**, pois o processo continua e **a contestação permanece necessária**.

Convidamos à leitura do nosso **MANIFESTO** — um apelo coletivo em defesa do território, da vida e do futuro da Beira Baixa.

MANIFESTO PELA BEIRA BAIXA

Pela Terra e pela Vida que nos sustentam

1. Introdução — A urgência climática e o dever de coerência

A transição para fontes de energia renovável é essencial e inadiável.

Contudo, **a forma como essa transição é feita** define se caminhamos para a regeneração ou para uma nova forma de destruição.

Os projetos “**Sophia**” e “**Beira**”, que juntos abrangem milhares de hectares entre o Fundão, Penamacor, Idanha-a-Nova e Castelo Branco, levantam **graves preocupações ambientais, económicas, sociais e culturais**, especialmente pela sua dimensão e pela localização em áreas de elevada sensibilidade ecológica.

O verdadeiro desafio da transição energética é **produzir energia limpa sem sacrificar os ecossistemas, as comunidades e as paisagens que sustentam a vida**.

Existem **alternativas - locais já artificializados** (autoestradas, linhas férreas, áreas industriais) e **soluções que respeitam o território**, gerando **benefícios para um alargado número de particulares e empresas regionais**, como o agro-fotovoltaico e as comunidades energéticas).

2. Dimensão Ambiental — Quando o “verde” ameaça o equilíbrio natural

A instalação das mega-centrais fotovoltaicas “Sophia” e “Beira” ameaça **transformar profundamente o uso do solo e da paisagem**.

O projeto “Beira” pretende avançar inclusive sobre áreas do **Parque Natural do Tejo Internacional e Rede Natura 2000**, pondo em causa **habitats essenciais e espécies ameaçadas**, incluindo aves migratórias e espécies prioritárias para a conservação.

A ocupação de centenas de hectares com **estruturas metálicas e superfícies impermeáveis** altera o ciclo da água, degrada os solos e aumenta a temperatura local.

A **paisagem — elemento identitário e património coletivo — é posta em risco**, com impactos visuais irreversíveis, incluindo o abate de milhares de árvores autóctones adultas, tais como carvalhos, sobreiros e azinheiras.

As próprias medidas de compensação apresentadas pelo promotor são **insuficientes e descontextualizadas**, ignorando, por exemplo, a necessidade de **restaurar montados e ecossistemas autóctones**.

Estas intervenções configuram **violação dos princípios de precaução e proporcionalidade**, abrindo caminho ao que o direito internacional começa hoje a reconhecer como **ecocídio**: a destruição deliberada e em larga escala de ecossistemas vitais.

3. Dimensão Social — Comunidades à margem da decisão

As comunidades da Beira Baixa são **guardiãs de um património cultural e humano único**, tecido ao longo de séculos de relação equilibrada com o território.

Projetos desta magnitude e impacto, decididos sem uma participação pública efetiva, **rompem laços de confiança e enfraquecem o sentido de pertença**.

As centrais solares, e as linhas de muito alta tensão que as acompanham, **ameaçam alterar profundamente o modo de vida rural** — baseado na proximidade, no cuidado e na transmissão intergeracional de saberes e defraudam o enorme esforço feito na Beira Baixa para reverter a crise demográfica que afeta todo o interior do país, comprometendo a regeneração social deste e promovendo novamente o seu abandono.

A sustentabilidade social exige que **as pessoas sejam parte ativa das decisões**, desde o início, e que os benefícios da transição energética **sejam equitativamente distribuídos**.

Sem voz nem presença das comunidades, **não há justiça energética possível**.

4. Dimensão Económica — Entre a promessa e a realidade

O discurso da criação de emprego e investimento é infundado e falacioso.

A experiência noutros territórios mostra que **os postos de trabalho são temporários** e que **os lucros se concentram nas empresas promotoras**, frequentemente alheias à região.

Em contrapartida, **os impactos negativos sobre setores duradouros** — agricultura sustentável, turismo de natureza, produção local — são profundos e prolongados e afetam os que cá vivem.

A perda de qualidade ambiental e paisagística **põe em causa a estratégia de desenvolvimento sustentável** desde há muito prosseguida na região, **defrauda as expectativas de muitos particulares e empresas** que aqui têm vivido e investido e **compromete o potencial económico da Beira Baixa**, onde se destacam, ironicamente, uma **Bio-região**, bem como o **Geopark Naturtejo**, as áreas protegidas da **Serra da Gardunha** e do **Tejo Internacional**, as **Aldeias de Montanha** e as **Aldeias Históricas de Portugal**.

A verdadeira sustentabilidade económica nasce de **modelos descentralizados e cooperativos**, que reforcem a autonomia e a resiliência locais.

5. Dimensão Cultural e Patrimonial — A paisagem como direito e memória viva

A **paisagem é um direito humano e coletivo** — expressão máxima da relação entre pessoas, história e natureza.

As centrais fotovoltaicas “Sophia” e “Beira” ameaçam **uma herança cultural milenar**, visível e com impacto em lugares tais como **Monsanto, ou Castelo Novo**, e nos caminhos da **GR22**, reconhecida pela sua qualidade paisagística.

A perda desta integridade **não é apenas estética, é identitária**: a destruição da paisagem apaga a memória e fere o sentimento de lugar.

A energia que queremos é a que continua as histórias desta terra — não a que as apaga.

6. Conclusão — Energia para o futuro, não à custa da vida

O combate às alterações climáticas **não pode justificar uma nova forma de exploração e destruição do território natural e rural**.

A transição energética deve ser **justa, equilibrada e planeada com as comunidades**, respeitando os ecossistemas, a paisagem e os modos de vida.

Os projetos “**Sophia**” e “**Beira**”, tal como propostos, **contradizem os princípios da sustentabilidade** que a energia solar deveria simbolizar.

Defendemos **um modelo de produção energética distribuído, participado e em harmonia com o território** — aquele que garante energia limpa e acessível a todos, paisagens vivas e comunidades resilientes.

Que a energia do sol ilumine o futuro, sem apagar a luz e a vida da Beira Baixa.

Bem hajam a todos!

Cidadãos pela Beira Baixa

6 de novembro de 2025

cidadaospelabeirabaixa@gmail.com

facebook.com/cidadaospelabeirabaixa

instagram.com/cidadaospelabeirabaixa
